



O ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS NO RECÔNCAVO DA BAHIA (CACHOEIRA, SÃO FÉLIX E MURITIBA) A PARTIR DO OLHAR DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Luis Flávio Reis Godinho¹
Luciméa Santos Lima²
Marcus Bernardes³

Resumo

O presente artigo traz resultados preliminares de um levantamento quantitativo dos estudantes de colégios públicos e privados das cidades de Cachoeira, São Félix e Muritiba. A pesquisa trata de questões pontuais e gerais sobre o Ensino de Ciências Sociais sob a ótica de alunos de escolas públicas e privadas. Foram realizadas entrevistas estruturadas, a partir da aplicação de questionários. Ressalta-se que é uma primeira inferência, portanto, constitui proposta pioneira acerca das relações entre estudantes da educação básica e o Ensino de Ciências Sociais na região do Recôncavo da Bahia. A análise quantitativa, bem como a geração dos dados e gráficos, foi construída a partir do uso conjunto de três *softwares livres*. Uma tabela com as variáveis do questionário foi criada com o auxílio do *LibreOffice Calc*. Feito isso, em seu formato de arquivo de extensão *xlsx*, a tabela foi importada para o *software RStudio*, interface utilizada a partir de outro programa chamado *R*. No *RStudio* foram gerados todos os gráficos, cálculos de porcentagem e recorrência de valores que nos auxiliaram na interpretação dos dados da pesquisa. O artigo faz uma breve revisão da trajetória das ciências sociais no ensino secundário brasileiro. Em seguida, no plano local, analisa a percepção dos estudantes de escolas públicas e privadas do Recôncavo Baiano em relação ao ensino de ciências sociais. Tais dados nos permitem indicar que a presença de professores formados na área de Ciências Sociais é fundamental para um maior interesse e satisfação nas aulas de Sociologia.

Palavras-Chave: Ensino de Ciências Sociais. Educação Básica. Avaliação de Ensino.

¹ Pós-Doutor em trabalho docente, desigualdades sociais e territoriais (PPGSA- IFCS-UFRJ). Professor Associado I do Curso de Ciências Sociais e do Mestrado em Educação do Campo, ambos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: godinho@ufrb.edu.br

² Doutoranda em Estudos Étnicos e Africanos (UFBA). Graduação em andamento em Licenciatura em Ciências Sociais (UFRB). E-mail: mealimasantos@gmail.com

³ Mestre em Antropologia Social (UFG). Professor de Ciências Sociais no Centro Universitário UniFG, Membro do Laboratório de Ensino de Ciências Sociais (LABECS/UFRB) e Filiado à Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS). E-mail: marcusbernardes@outlook.com.br

THE TEACHING OF SOCIAL SCIENCES IN RECÔNCAVO DA BAHIA (CACHOEIRA, SÃO FÉLIX E MURITIBA) FROM THE LOOK OF HIGH SCHOOL STUDENTS

Abstract

This article presents preliminary results of a quantitative survey of students from public and private schools in the cities of Cachoeira, São Félix and Muritiba. The research deals with specific and general questions about Teaching of Social Sciences from the perspective of students from public and private schools. Structured interviews were carried out, from the application of questionnaires. It is worth mentioning that this is a first inference, therefore, it constitutes a pioneering proposal about the relations between students of basic education and the Teaching of Social Sciences in the region of the Recôncavo da Bahia. The quantitative analysis, as well as the generation of data and graphs, was constructed from the joint use of three free software. A table with the variables of the questionnaire was created with the aid of LibreOffice Calc. In this case, in its xlsx extension file format, the table was imported into the RStudio software, an interface used from another program called R. In RStudio all the graphs and calculations of percentage and recurrence of values were generated, which helped us interpretation of the research data. The article makes a brief review of the social sciences trajectory in Brazilian basic school. Then, at the local level, it analyzes the perception of students of public and private schools in the Recôncavo Baiano in relation to education of Social Sciences. These data allow us to indicate that the presence of teachers trained in the area of Social Sciences is fundamental to a greater interest and satisfaction in the classes of Sociology.

Keywords: Teaching of Social Sciences. Basic School. Teaching Assessment.

INTRODUÇÃO

O Recôncavo Baiano é um território de identidade com uma área formada por 19 municípios no Estado da Bahia a saber: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Salinas da Margarida, Sapeaçu, Saubara e Varzedo, possui área territorial de mais de 4,6 mil km², que corresponde a 7% da área do estado, tem fronteiras com os territórios: Metropolitano de Salvador, Litoral Norte e Agreste Baiano, Portal do Sertão, Piemonte do Paraguaçu e Vale do Jiquiriçá (BAHIA 2016). Além de conceito geográfico, é também uma categoria cultural, constituindo assim um território de identidade fundamental da população negra na Bahia. A pesquisa foi realizada a partir da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e abarcou as cidades de Cachoeira, São Félix e Muritiba. O Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), localizado na cidade histórica de Cachoeira abriga os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais. Assim a delimitação das cidades levou em conta o fator de proximidade com o

CAHL, cumprindo a função que a universidade tem de pensar o seu contexto.

A presente reflexão tem como objetivo compreender a percepção do ensino de Ciências Sociais nas escolas públicas e privadas das cidades já citadas, a partir do olhar dos estudantes. O ensino de Ciências Sociais nas escolas brasileiras tem enfrentado desafios de ordem institucional desde a sua primeira aparição nos currículos formais. Fato que não se apaziguou em nenhum momento da história da educação brasileira. A partir dessa problematização é possível identificar que a história da Sociologia no ensino secundário brasileiro está marcada por três períodos: Período de Institucionalização (1891-1941); Período de Ausência (1941-1981) e Período de Reinserção com rupturas (1981 – até os dias atuais) (SANTOS, 2004). É a partir da análise situacional do Brasil que nos debruçaremos sobre o Recôncavo Baiano a partir das percepções de discentes em suas relações com a Sociologia Escolar, abarcando as considerações dos estudantes acerca das aulas e ensino de Sociologia, a importância da disciplina em suas vidas e possíveis mudanças trazidas ao contato com o conhecimento sociológico.

O artigo faz uma breve revisão da trajetória das ciências sociais no ensino secundário brasileiro, de modo a situar o debate em torno das dificuldades de permanência da disciplina nas estruturas curriculares das escolas. Em seguida, no plano local, analisa a percepção dos estudantes de escolas públicas e privadas do Recôncavo Baiano em relação ao ensino. Tais dados nos permitem indicar que a presença de professores formados na área de Ciências Sociais é fundamental para um maior interesse e satisfação nas aulas de Sociologia. Segundo a pesquisa anual de 2017 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) sobre o Censo Escolar da Educação Básica, no ensino médio, a maior carência no indicador que se refere à formação docente está justamente em Sociologia, em que apenas 27,1% dos professores têm a formação necessária (BRASIL, 2018). No plano local da pesquisa em foco, as escolas públicas dos municípios de São Félix e Muritiba possuem professores licenciados em Ciências Sociais, enquanto as escolas pública e privada na cidade de Cachoeira têm seu corpo docente formado em outras áreas (Pedagogia e História, respectivamente).

1. A TRAJETÓRIA DA SOCIOLOGIA ESCOLAR NO BRASIL

A história da Sociologia Escolar no Brasil vem sendo marcada por questões éticas e políticas a respeito da institucionalização das Ciências Sociais no âmbito da educação básica. Apesar de recentemente marcada por retrocessos políticos, a política educacional brasileira é estruturada a partir da lei nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. O artigo 36, §1º, inciso III⁴, indicava que o educando ao fim do ensino médio deve demonstrar domínio dos conhecimentos de Sociologia necessários ao exercício da cidadania. O pensamento crítico, a autonomia intelectual e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos das disciplinas são aspectos também abordados (BRASIL, 1996). Entretanto, somente doze anos depois, a lei nº 11.684/08 inseriu a Sociologia como disciplina obrigatória do Ensino Médio. Tais conquistas estão abaladas pela Nova Reforma do Ensino Médio (lei nº 13.415/17) que retirou o caráter obrigatório da Sociologia⁵ alterando sutilmente para “estudos e práticas” a serem incluídos na Base Nacional Curricular Comum (BRASIL, 2017).

A história do Ensino de Sociologia no Brasil é marcada pela intermitência. Encontramos o início da sua inserção em cursos superiores e secundários no final do século XIX. Estudos recentes (BODART, 2019) apontam para a existência da Sociologia no Instituto Normal Superior (1890-1893) em Manaus. Na década de 1900, a Sociologia foi disciplina no Atheneu Sergipano e no Atheneu Paranaense (OLIVEIRA, 2014; BODART, 2019).

Segundo Meucci (2007) e Bodart (2019), o conhecimento sociológico surge no ensino brasileiro de forma geral sob as nomenclaturas de Sociologia e Moral, Noções de Economia Política e Direito Pátrio. Em 1891 a Sociologia ingressou formalmente no sistema de ensino brasileiro após a reforma educacional de Benjamin Constant então ministro da Instrução Pública⁶. Ocorrida no final do século XIX, esta reforma refere-se a mudanças no sistema educacional e se mostrou de caráter elitista e liberal, cujas determinações legais, ainda assim, foram importantes para organização dos conteúdos ministrados na educação básica, assim como a organização do método adotado no

⁴ Importante ressaltar que o referido inciso foi revogado com a aprovação da lei 11.684/08, que introduziu a obrigatoriedade de Sociologia no Ensino Médio. A lei 13.415/17 que trata da Reforma do Ensino Médio modificou novamente a estrutura desse artigo da lei.

⁵ Cabe informar que não só da Sociologia, como de todos os componentes curriculares, exceto Matemática e Língua Portuguesa.

⁶ Contudo, existiu apenas a sugestão da disciplina nesta reforma Benjamin Constant, não houve uma implementação efetiva.

processo ensino-aprendizagem (MEUCCI, 2007).

Entre o final dos anos 1920 e início dos 1930, a Sociologia tornou-se disciplina necessária para a formação geral de candidatos a bacharéis e professores do ensino primário. Em 1925 a Sociologia reapareceu nos currículos do ensino secundário impulsionada e novamente institucionalizada através da Reforma Rocha Vaz, que exigia que candidatos às vagas nas faculdades brasileiras dominassem o conteúdo da matéria sociológica: a disciplina tornou-se conhecimento avaliado nas provas da admissão para o ensino superior. Tal exigência, afirma Meucci (2007) fez com que entre 1926 e 1929, a Sociologia constasse na grade de disciplinas de nível secundário do Colégio Pedro II, instituição cujos programas e currículos eram base para os demais colégios secundários públicos ou privados do país.

A partir do ano de 1942 a situação do ensino de Sociologia no ensino secundário fica instável especialmente pela inconstância nos currículos escolares. Nos anos subsequentes, mesmo com as duas primeiras Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nos anos de 1961 e 1971⁷, a Sociologia permanece como disciplina optativa ou facultativa nos currículos. Tomazi (2010) aponta que com o decorrer dos anos, os movimentos sociais e cientistas sociais lutam constantemente para a inclusão e permanência da disciplina também nas grades curriculares dos cursos básicos. Assim, as décadas de 1970 e 1980 são consideradas uma época de expansão de cursos de pós-graduação em Ciências Sociais.

Reinserida na grade curricular do Ensino Médio na década de 1990, em alguns Estados⁸, a Sociologia aparecia, segundo Santos (2002), levando em consideração os Parâmetros curriculares do Ensino Médio. A contribuição da disciplina tinha o objetivo de proporcionar ao educando um arcabouço teórico e metodológico, levando-o a interpretar criticamente as mudanças do mundo a sua volta.

O ensino de Sociologia enquanto objeto de estudo ou subcampo de pesquisa vem se expandindo nos programas de pós-graduações de Ciências Sociais no país, bem como em eventos, revistas especializadas e associações nos últimos anos. Este quadro pode ser entendido a partir da já citada lei 11.684/08 que ajudou a criar um ambiente favorável para a discussão política e a pesquisa sobre o ensino de Sociologia, além da inclusão da Sociologia nas ações do Programa de Bolsa de

⁷ Não existe consenso, principalmente na área de Educação, se a lei Jarbas Passarinho (1971) foi de fato uma LDB, já que não apresentou questões relativas à totalidade do sistema escolar.

⁸ Especialmente no Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais (MEUCCI, 2015).

Iniciação à Docência (PIBID) e no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) (BODART, 2017b). Em 2018 surge uma nova política educacional que fortalece o ensino de Sociologia na educação básica: o Programa Residência Pedagógica, durante o Governo Temer.

No Brasil estão vivos os debates em torno do reconhecimento social e político da profissão de cientista social, bem como a necessidade de maiores reflexões sobre o ensino de Ciências Sociais no país, sobretudo, no que concerne às relações entre o conhecimento científico e o escolar das Ciências Sociais (MAÇAIRA; FRAGA, 2018). A fundação da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS), em 2012, é um grande passo neste sentido. Outros espaços fundamentais para estes debates que merecem ser citados é o Grupo de Trabalho de Ensino de Sociologia no Congresso Brasileiro de Sociologia (desde 2005) e o Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica (desde 2009). A criação de Laboratórios de Ensino de Sociologia/Ciências Sociais em diversas universidades brasileiras configura práticas e espaços (quase territórios de pertença de licenciandos em Ciências Sociais) que propiciam o encurtamento das distâncias sociais entre as Universidades e as Escolas. Enriquecendo assim, numa reflexão direta a respeito do ensino, da pesquisa e da teoria social, a prática docente e, conseqüentemente, as relações entre educadores e educandos.

Marcados por inúmeras rupturas, os debates acerca da importância do ensino de Sociologia ressurgem em meio às reformas educacionais e são sempre questionados em sua importância e/ou valor na contribuição da formação dos educandos. Simone Meucci (2007) traça uma linha do tempo capaz de abarcar a história fundacional da Sociologia no Brasil, a partir do viés da institucionalização no campo educacional e o crescimento do mercado editorial ligada à educação. Os compêndios e os manuais de Sociologia foram os primeiros materiais produzidos no Brasil sobre a disciplina, ainda que, naquela época escritos por autores não especialistas.

O processo histórico envolvendo o ensino de Sociologia nas escolas, por um lado, pode indicar uma situação que perpassa as reformas e seus vieses políticos. Ademais, o ensino deste componente curricular, talvez mais do que em outros, está sempre cercado de polêmicas, cobranças e reivindicações. Sobre isso, Anne-Marie Chartier, nos diz:

Se as polêmicas em torno das definições contraditórias da leitura escolar puderam ser tão apaixonadas é porque, por detrás destas questões científicas, são as ações pedagógicas, as políticas educativas e culturais que são postas em causa a cada vez, através das prescrições oficiais, dos balanços, dos prognósticos, das propostas de prevenção, de terapia ou de reforma (CHATIER, 1993, p. 19).

Por outro lado, existem perspectivas que abordam que mesmo em períodos ditatoriais, houve um processo de expansão em pesquisa e ensino nas áreas das Ciências Sociais. Esta reflexão é abordada nas *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*, na parte específica de *Conhecimentos de Sociologia*, em que os casos recentes das intermitências da Sociologia Escolar “se prende mais a tensões ou escaramuças pedagógico-administrativas que propriamente a algum conteúdo ideológico mais explícito” (BRASIL, 2006, p. 105). Talvez seja um argumento válido naquele momento em que as constantes lutas sociais acabaram por introduzir a obrigatoriedade da Sociologia no ensino médio em 2008. Entretanto, mais de dez anos depois, carecemos de uma maior análise sobre os significados e repercussões do novo texto da lei federal que retira esta obrigatoriedade, realocada agora enquanto “estudos e práticas”.

Ao que cabe às limitações deste artigo e do levantamento preliminar sobre a ótica discente acerca do Ensino de Ciências Sociais no Recôncavo Baiano, não perdemos de vista as dimensões globais dos processos, porém as análises em aspectos mais regionalizados, instituídas a partir de lugares circunscritos, configuram a possibilidade de demonstrar outras variáveis para compreender como se dão as relações sociais no “chão da escola”. Qual o olhar do estudante diante das possibilidades educativas que a Sociologia Escolar pode oferecer?

Nos municípios do Recôncavo da Bahia, formar-se em Licenciatura em Ciências Sociais é uma possibilidade recentíssima, uma vez que na Bahia até o ano de 2009 existia apenas um curso de Licenciatura em Ciências Sociais. O curso da Universidade Federal da Bahia, criado em 1935, na capital do estado, que dista 115 km de Cachoeira (120 km de São Félix e 130 km de Muritiba). O segundo foi criado em 2009 na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), na cidade de Ilhéus. O terceiro na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), na cidade de Salvador, em 2012. O curso da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) em 2013 e o da UFRB, em 2015. Por último as licenciaturas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e o da Fundação Universidade do Vale do São Francisco, no ano de 2016.

Apenas para constituirmos um panorama, a Bahia conforme o Censo Escolar de 2012 possui minguados 5% de professores adequadamente formados em Ciências Sociais atuando nas escolas básicas públicas e privadas. Existem mais profissionais de Química no quadro de docentes de Sociologia nas escolas públicas do que formados em Sociologia (BRASIL, 2012).

No caso da Licenciatura em Ciências Sociais da UFRB, este curso foi instituído com sua

primeira turma de 15 alunos em junho de 2015⁹. O corpo docente é composto por 7 professores licenciados e 14 bacharéis, vinte com doutorado. A evasão inicial atingiu 2/3 dos matriculados, sendo reduzida na atualidade para zero. Contribuíram para essa redução drástica da evasão a consolidação de programas de Assistência Estudantil mediante o PIBID e o Residência Pedagógica, além de bolsas do Programa de Permanência Qualificada da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis (Propaae), Programa de Educação Tutorial (PET), Bolsas Monitoria, Programa de Bolsas de Iniciação Científica e, por fim, Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX).

Ademais, criamos um território de pertença para o curso, qual seja: O Laboratório de Ensino de Ciências Sociais (LABECS), espaço em que ocorrem processos formativos vinculados ao Ensino de Ciências Sociais, biblioteca com acervo especializado de Ensino de Ciências Sociais e Sociologia da Educação, DVDOTECA, espaço de exibição de obras de arte, para exibição fílmica e fotografias, aulas da licenciatura e reuniões dos programas institucionalizados.

Por fim, nosso currículo contempla 3.200 horas com destaque para os componentes laboratoriais de Pesquisa, Ensino e Extensão em Cultura e Meio Ambiente, Democracia, Direitos e Socialização, Trabalho e Desigualdades Sociais, Leitura de Realidade Social e Estudos étnico-raciais, totalizando 425 horas, assim como, nossa dimensão de estágios distribuídos em: estágio de observação do cotidiano escolar, elaboração de projeto de imersão/intervenção na Escola e a regência, perfazendo 408 horas¹⁰.

2. O OLHAR DISCENTE SOBRE O ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Trata-se de uma pesquisa exploratória que preliminarmente faz um levantamento quantitativo dos estudantes de colégios públicos e privados das cidades de Cachoeira, São Félix e Muritiba. A pesquisa trata de questões pontuais e gerais sobre o Ensino de Ciências Sociais. Foram realizadas entrevistas estruturadas, a partir da aplicação de questionários para os estudantes. O conteúdo do questionário, além de aspectos de identificação geral (Gênero, Idade, Autodeclaração Étnico-Racial), traz também questões relativas a considerações sobre o ensino, a importância da

⁹ Sobre mais detalhes da Licenciatura em Ciências Sociais da UFRB quanto aos processos de formação e prática na pesquisa, ensino e extensão, ver Durães (2018).

¹⁰ Ressalte-se que até julho de 2019 formamos apenas 4 estudantes em Licenciatura em Ciências Sociais pela UFRB

Sociologia na vida dos discentes e possíveis mudanças trazidas no cotidiano do estudante após o contato com a Sociologia. A pesquisa foi realizada somente com estudantes do 2º e 3º ano do Ensino Médio. Como o período de aplicação dos questionários ocorreu nos primeiros meses de 2018, os estudantes do 1º ano ainda não tinham tido contato com a disciplina. Em valores totais, a pesquisa contemplou as seguintes escolas (três públicas e uma privada, respectivamente) e quantidade de estudantes:

- Colégio Estadual João Batista Pereira Fraga (Muritiba)

22 estudantes (2º ano do Ensino Médio)

41 estudantes (3º ano do Ensino Médio)

Total: 63 estudantes

- Colégio Estadual de Cachoeira (Cachoeira)

16 estudantes (2º ano do Ensino Médio)

10 estudantes (3º ano do Ensino Médio)

Total: 26 estudantes

- Colégio Estadual Rômulo Galvão (São Félix)

25 estudantes (2º ano do Ensino Médio)

17 estudantes (3º ano do Ensino Médio)

Total: 42 estudantes

- Colégio Simonton (Cachoeira)

15 estudantes (2º ano do Ensino Médio)

6 estudantes (3º ano do Ensino Médio)

Total: 21 estudantes

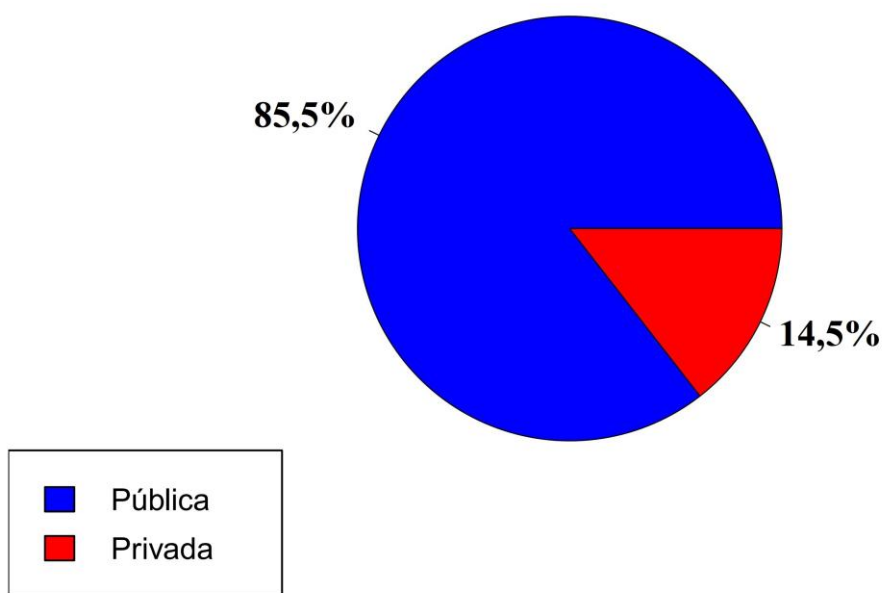
Dessa forma foram aplicados 152 questionários. A análise quantitativa, bem como a geração dos dados e gráficos, foi construída a partir do uso conjunto de três *softwares livres*. Uma tabela com as variáveis do questionário foi criada com o auxílio do *LibreOffice Calc*. Feito isso, em seu formato de arquivo de extensão *xlsx*, a tabela foi importada para o *software RStudio*, interface utilizada a partir de outro programa chamado *R*. No *RStudio* foram gerados todos os gráficos e cálculos de porcentagem e recorrência de valores que nos auxiliaram na interpretação dos dados da pesquisa.

A pesquisa foi construída a partir de muitas mãos, contando com equipe diversificada de

estudantes da licenciatura em Ciências Sociais da UFRB, professores, mestres e doutorandos¹¹. É uma primeira investigação que visa contribuir para ulteriores pesquisas acerca do Ensino de Ciências Sociais na Educação Básica do Recôncavo Baiano, pensadas a partir do Laboratório de Ensino de Ciências Sociais (LABECS/UFRB) e do componente curricular Ensino de Ciências Sociais no Brasil.

A pesquisa contemplou como grupo majoritário, em virtude da própria realidade dos municípios, os estudantes da rede pública de ensino. É comum que as elites econômicas das cidades de Cachoeira, São Félix e Muritiba tenham a prática de que seus filhos estudem em escolas particulares de outras cidades, como Feira de Santana e Cruz das Almas. Dessa forma mais de 85,5% do nosso grupo amostral de estudantes são da rede pública. Importante também ressaltar que 49,4% dos estudantes são provenientes do 3º ano do Ensino Médio e 50,6% do 2º ano do Ensino Médio.

Gráfico 1 – Tipo de Rede de Ensino nos municípios de Cachoeira, São Félix e Muritiba, 2018



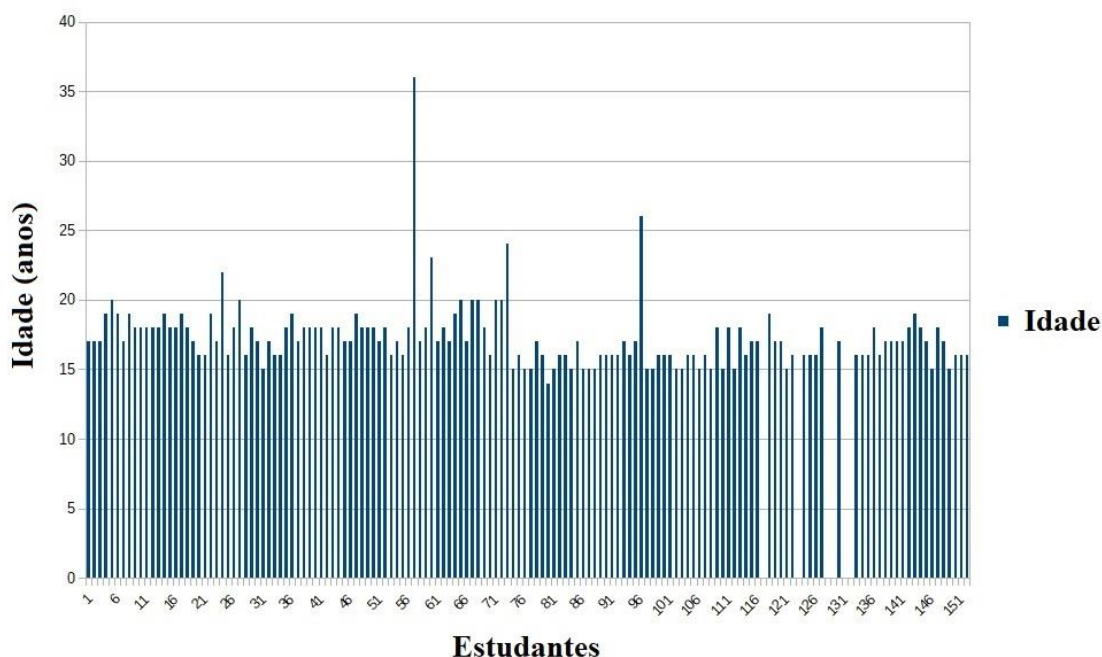
Fonte: Elaboração própria (2018)

Entre os estudantes da rede privada existe pouca variação de idade. Todos com 16 ou 17 anos em relação aos segundo e terceiro ano do Ensino Médio. Neste mesmo período da rede pública

¹¹Foram responsáveis pela aplicação do questionário os seguintes estudantes da Licenciatura em Ciências Sociais da UFRB: Priscila Barbosa, Jocielle Medeiros, Edecarlos do Rosário, Marlene Santos, Débora Santos, Luciana Limeira, Guilherme Santana, Miriam Santana do Rosário e Josias de Souza.

existe uma maior variação entre 15 e 36 anos, sendo a idade mais recorrente a de 18 anos, número que equivale a moda, ou seja, o valor que ocorre com maior frequência. As três idades mais frequentes de forma geral, em relação ao segundo e terceiro ano do ensino médio, são 16, 17 e 18 anos.

Gráfico 2 – Faixa etária dos estudantes nas escolas em Cachoeira, São Félix e Muritiba, 2018



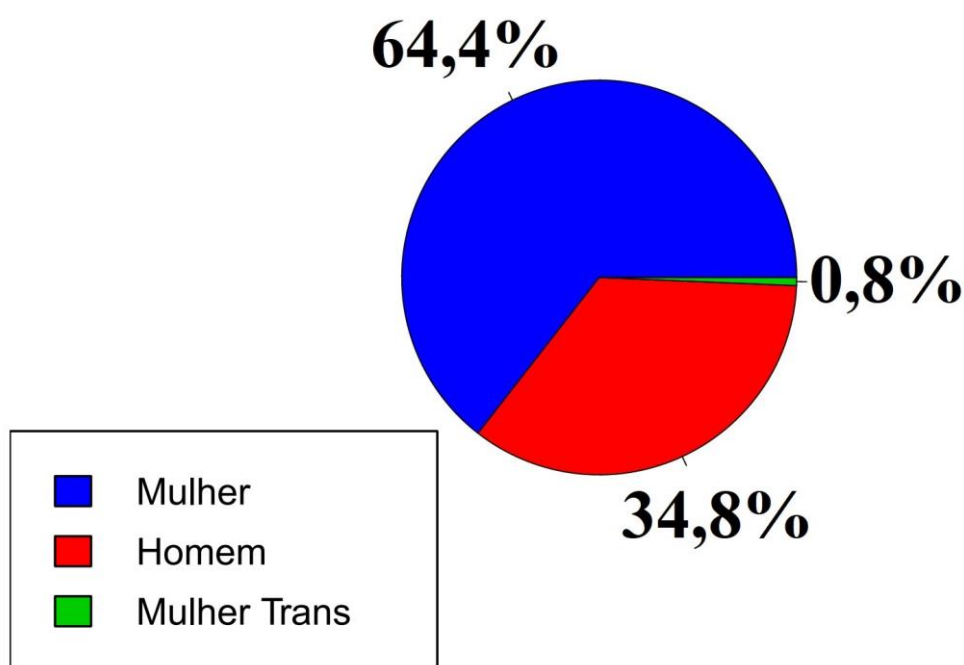
Fonte:Elaboração própria (2018)

Embora o Gráfico de Idade apresente certa regularidade, destacamos que as principais variâncias que existem são provenientes da rede pública. No Brasil, existe uma diferenciação social em relação aos espaços ocupados na educação. As classes mais ricas educam seus filhos na rede privada e as classes mais pobres, na rede pública. Esta assertiva se refere diretamente à educação básica. Ao longo dos anos a escola pública sofre um processo de descaso político em sua gestão. Dessa forma, nos deparamos com estruturas físicas comprometidas, a falta de manutenção nos ambientes escolares, o desprestígio social e econômico da profissão docente, o excesso de carga horária de trabalho e uma educação que não leva em consideração a realidade do educando, etc. A soma destes fatores contribui para um quadro maior de repetência, desinteresse pelos estudos e evasão. Fora os grupos familiares que muitas vezes encontram-se em condições precárias,

tangenciados pela fome. Assim os estudantes são obrigados a trabalhar, reduzindo ainda mais o tempo de estudo. Segundo os dados do INEP, a “idade escolar errada” ocorre tanto pela reprovação quanto pela alta taxa de abandono escolar, principalmente após o ensino fundamental (BRASIL, 2018).

Utilizamos como critérios de identificação de gênero uma abrangência maior do que a “clássica” dicotomia Homem/Mulher, dando espaço para a transgeneridade e outras formas de classificação da identidade de gênero. A maioria (64,4%) se identificou com o gênero “Mulher” e 0,8% como “Mulher Trans”. Os outros 34,8% se identificaram como “Homem”.

Gráfico 3 – Identificação de Gênero dos estudantes das escolas em Cachoeira, São Félix e Muritiba, 2018

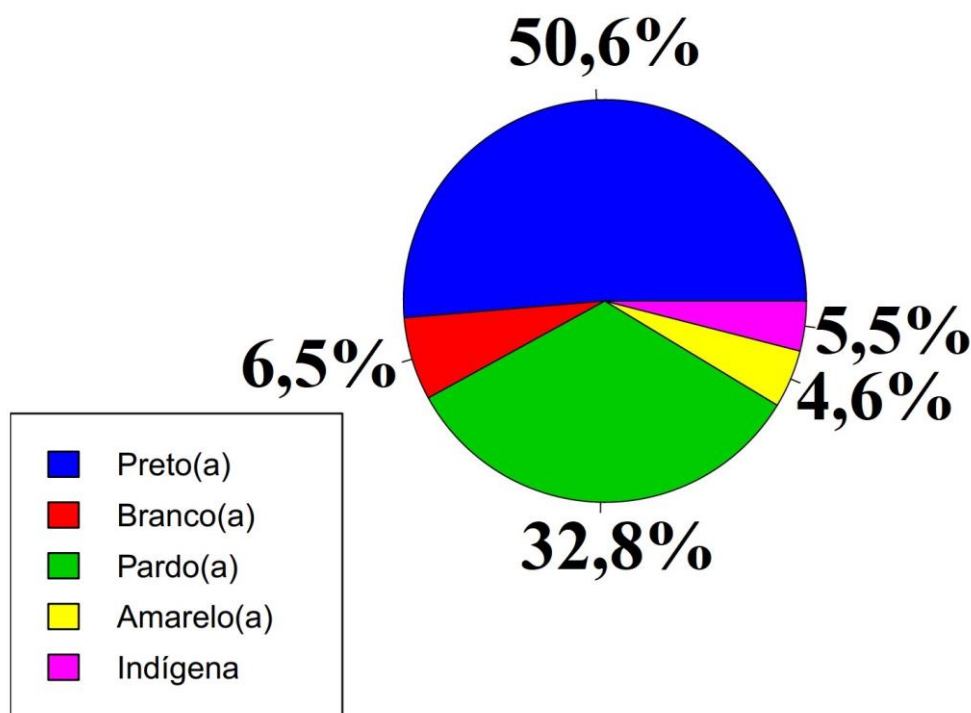


Fonte: Elaboração própria (2018)

O recôncavo baiano é (re)conhecido como um território de população majoritária negra. Com cidades que foram criadas no período colonial, sua história se entrelaça com as lutas pela independência e também pela resistência negra em seus diversos quilombos. Em relação a auto declaração étnico-racial, a maioria (50,6%) se declarou preto(a). Sendo que 32,8% se declarou pardo(a). Em virtude do racismo extremamente presente e sentido em todo o território nacional é muito comum pessoas pretas e negras se identificarem como pardas. É o chamado “desvio existencial” tão bem caracterizado por Guerreiro Ramos (1954) que consiste na escolha das

categorias estéticas (que são sociais) alheias ao povo negro pelos valores e critérios europeus/brancos de vida e beleza. O processo de europeização do mundo abala as realidades e critérios locais. Neste sentido, teríamos um número bem mais expressivo de estudantes negros. Temos ainda as auto declarações de branco(a) (6,5%), amarelo(a) (4,6%) e indígena (5,5%).

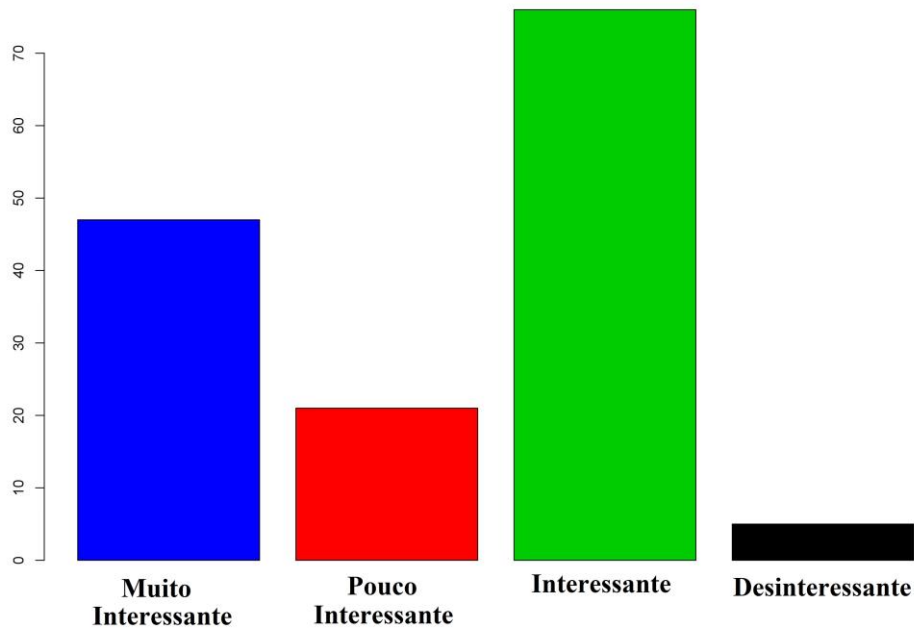
Gráfico 4 – Auto declaração étnico-racial de estudantes das escolas em Cachoeira, São Félix e Muritiba, 2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

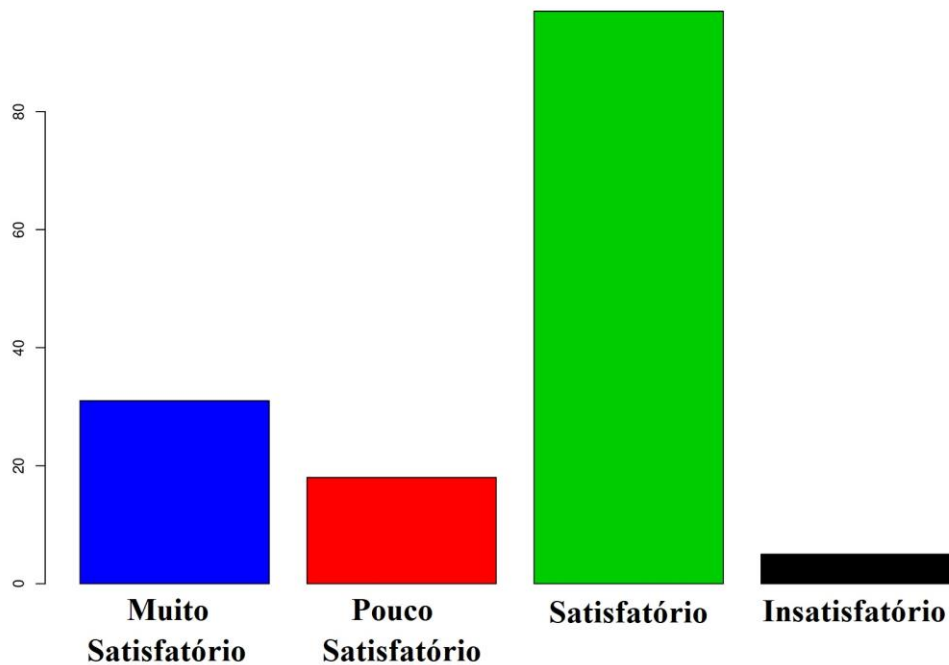
A partir deste perfil dos estudantes analisaremos as suas percepções sobre o ensino de Sociologia em suas respectivas escolas. Três pares de gráficos nos ajudarão a compreender os aspectos gerais que a Sociologia Escolar representa na vida dos discentes.

Gráfico 5 – Variável “Aulas de Sociologia” nas escolas em Cachoeira, São Félix e Muritiba, 2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

Gráfico 6 – Variável “Ensino de Sociologia” nas escolas em Cachoeira, São Félix e Muritiba, 2018

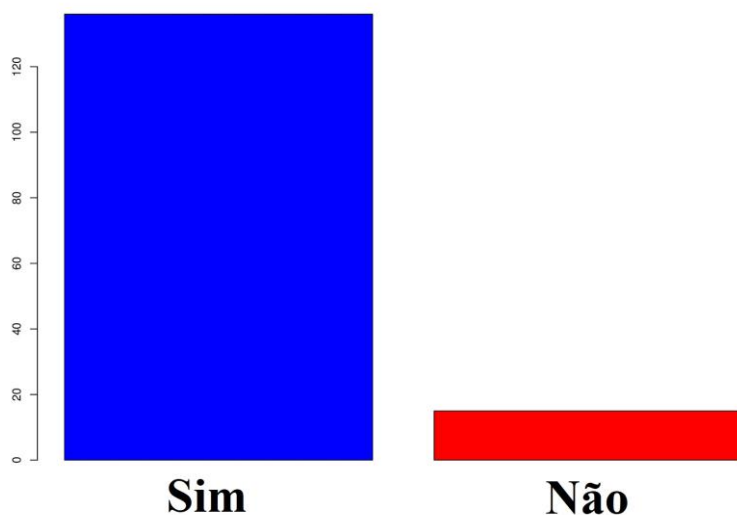


Fonte: Elaboração própria (2018)

O primeiro par refere-se às “Aulas de Sociologia” e o “Ensino de Sociologia”. As “Aulas de Sociologia” é uma variável que tem uma relação direta com a visão dos estudantes sobre o momento

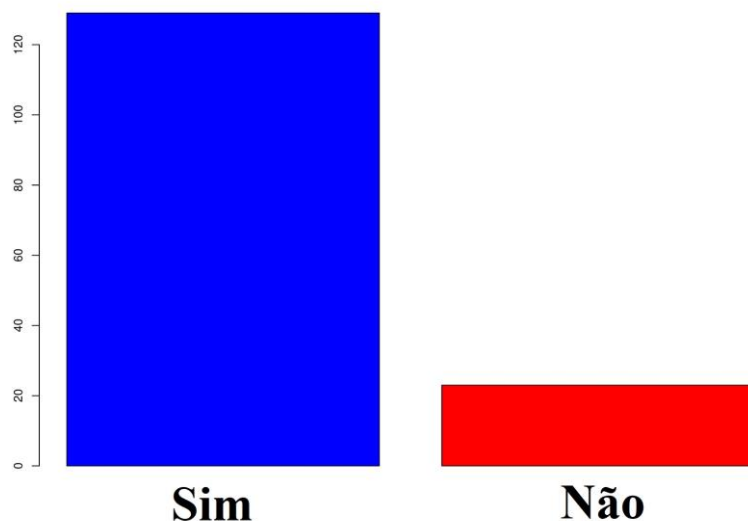
da aula. Dessa forma, em uma escala que vai de “Desinteressante” até “Muito Interessante” a maioria considera as aulas “Interessantes”. Um número significativo considera “Muito Interessante”, embora venha acompanhado da alternativa “Pouco Interessante”. Já a variável “Ensino de Sociologia” refere-se à forma como a disciplina é ensinada. Mais uma vez a grande maioria considera as formas de abordagens de ensino “Satisfatórias”. Alguns estudantes da rede privada, no quesito sobre a forma como a disciplina é ensinada, mesmo não tendo esta opção, escreveram que é reservado muito pouco tempo para as aulas de Sociologia. Nota-se uma defasagem, neste sentido, referente à carga horária disponibilizada pela escola em relação à Sociologia.

Gráfico 7 – Variável “Importância da Sociologia” nas escolas em Cachoeira, São Félix e Muritiba, 2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

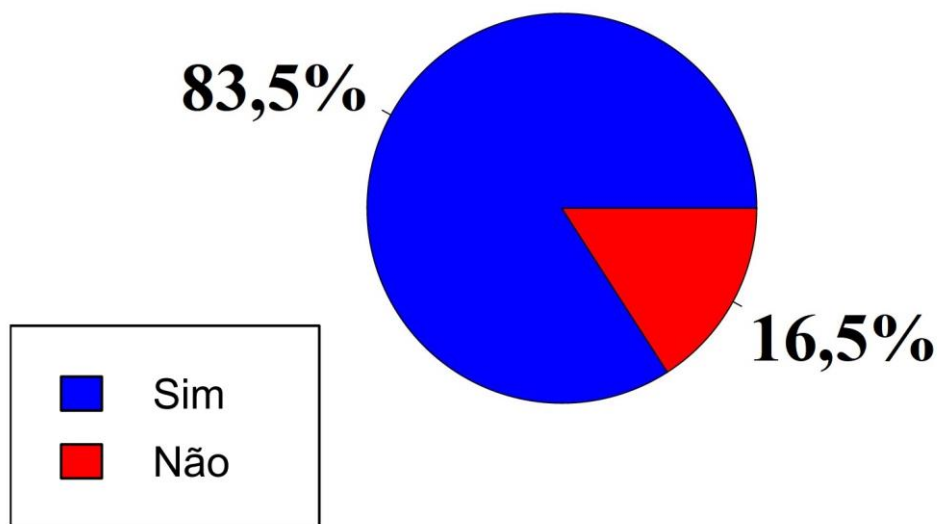
Gráfico 8 – Variável “Sociologia e Futuro” nas escolas em Cachoeira, São Félix e Muritiba, 2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

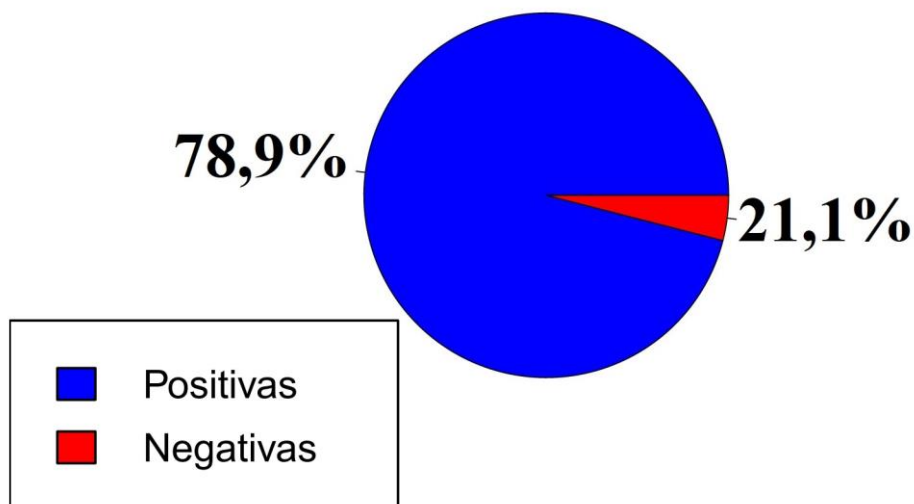
O segundo par refere-se a duas problemáticas. Primeiro à percepção de que a Sociologia teria alguma importância na vida do estudante, ou seja, se ao longo dos estudos a disciplina trouxe elementos informativos importantes e, no segundo gráfico, a pergunta tem relação direta entre o estudo da Sociologia e os projetos futuros dos discentes (seja de estudo ou trabalho). Em valores absolutos 136 estudantes consideram a Sociologia importante para a vida e 15 não consideram importante, 1 pessoa não respondeu. Sobre a importância da Sociologia no futuro dos estudantes, 129 consideram como um conhecimento importante para projetos futuros, enquanto 23 não. É curioso que em relação ao primeiro gráfico o número de estudantes que consideram a Sociologia como importante no futuro diminuiu. Será que existe uma relação demasiada acadêmica no conhecimento sociológico? Dito de outra forma: se o estudante ao pensar estritamente o futuro enquanto a projeção de um trabalho assalariado, sem a necessidade de prolongar os estudos no ensino superior, a Sociologia deixa de ser uma ferramenta de análise importante para este indivíduo? Tais limites são impostos a uma pesquisa quantitativa, sendo necessárias futuras investigações que contemplem outros espectros da subjetividade discente.

Gráfico 9 – Variável “Sociologia e Mudanças no Cotidiano” nas escolas em Cachoeira, São Félix e Muritiba, 2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

Gráfico 10 – Variável “Valoração das Mudanças” nas escolas em Cachoeira, São Félix e Muritiba, 2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

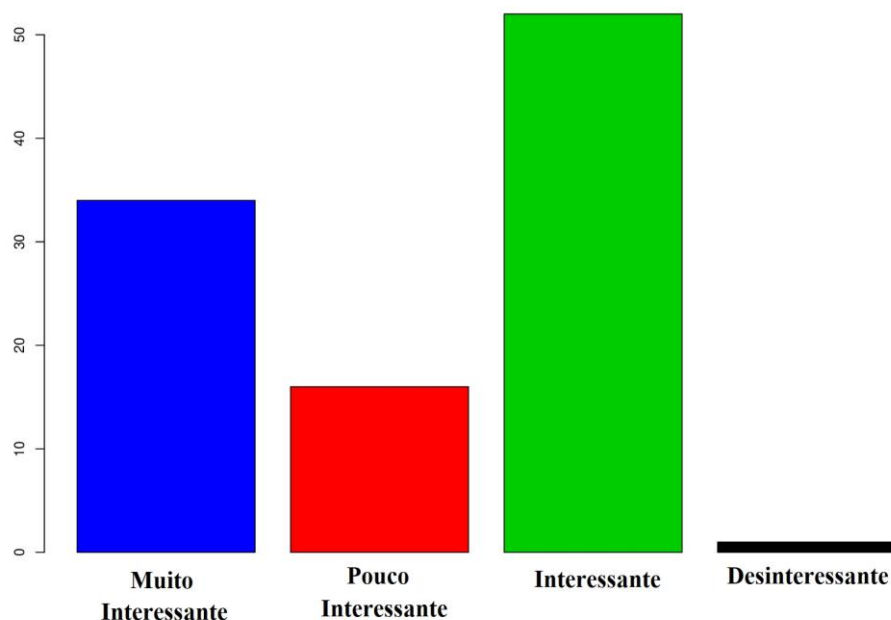
O terceiro par de gráficos refere-se às mudanças trazidas pelo conhecimento sociológico no cotidiano do estudante e se tais mudanças, quando existirem, são consideradas positivas ou negativas. 83,5% dos estudantes consideraram que houve mudanças na forma como eles enxergam

as questões sociais, políticas, econômicas, familiares e culturais depois do estudo da Sociologia. Contudo, 21,1% dos estudantes consideraram as mudanças negativas, sendo para maioria (78,9%) mudanças positivas.

Dessa forma é fundamental evidenciar as diferenças do ensino de Sociologia nas escolas privadas e públicas. No ambiente privado o ensino é adequado para uma formação acadêmica que ajudará os alunos a passarem em provas. Muito em virtude disso existem reclamações dos estudantes quanto a pouca carga horária destinada à Sociologia. Cada vez é mais presente nas questões do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) referências às ciências sociais. Já nas escolas públicas a disciplina é pensada no currículo e em seu planejamento político-pedagógico como uma ferramenta na construção da cidadania e de intervenção social, porém muitos estudantes não internalizam tais possibilidades por uma série de razões estruturais: precariedade das escolas, falta de metodologias de ensino que dialogam com o discente, falta de formação adequada dos professores, entre outros.

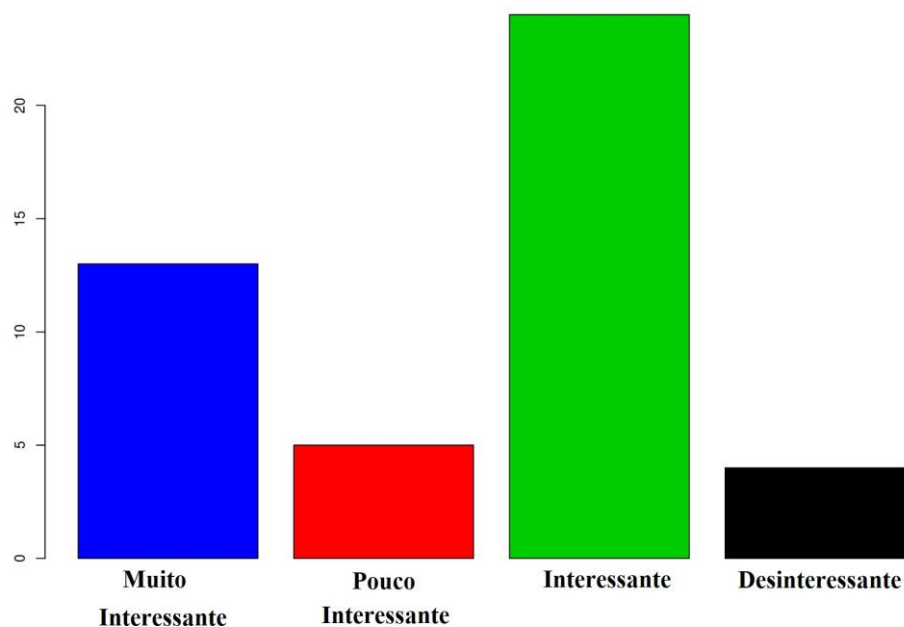
Neste sentido dois pares de gráficos nos ajudarão a compreender nuances que, analisadas de forma geral, não podemos captar. Estas nuances se referem as diferenciações quanto à formação dos professores.

Gráfico 11 – Aulas de Sociologia em escolas (Cachoeira, São Félix e Muritiba) com professores formados em Ciências Sociais, 2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

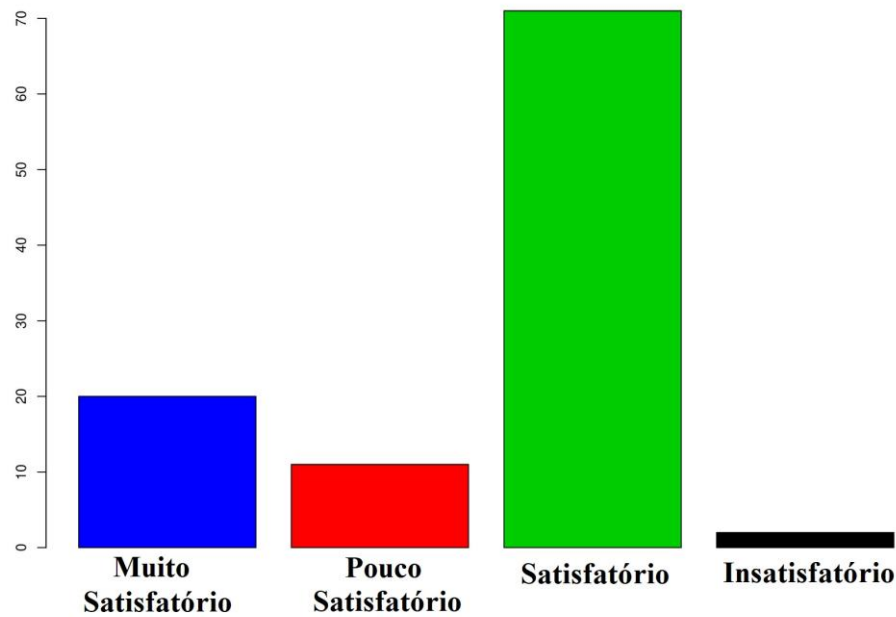
Gráfico 12 – Aulas de Sociologia em escolas (Cachoeira, São Félix e Muritiba) sem professores formados em Ciências Sociais, 2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

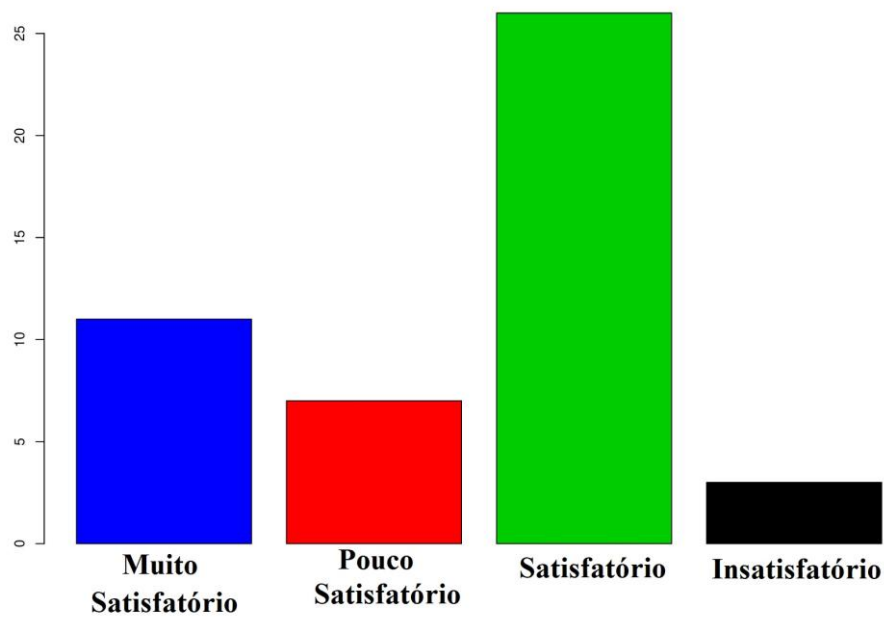
No primeiro par referente as “Aulas de Sociologia”, embora seja constante as avaliações como “Interessantes”, os extremos de ambos os gráficos nos revelam dados importantes. Nas escolas sem professores formados na área de Ciências Sociais quando comparados com o outro gráfico, notamos uma considerável acentuação no quesito “Desinteressante”. No outro extremo também vemos o decréscimo da alternativa “Muito Interessante”. Podemos observar no gráfico 13 esta mesma tendência.

Gráfico 13 – Ensino de Sociologia em escolas (Cachoeira, São Félix e Muritiba) com professores formados em Ciências Sociais, 2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

Gráfico 14 – Ensino de Sociologia em escolas (Cachoeira, São Félix e Muritiba) sem professores formados em Ciências Sociais, 2018



Fonte: Elaboração própria (2018)

Novamente percebemos alguns elementos constantes, porém um gradativo aumento nos quesitos “Insatisfatório” e “Pouco Satisfatório” para as escolas sem professores formados na área. Dessa forma é importante a condição de professores licenciados em Ciências Sociais para aumentar os índices de satisfação e interesses dos estudantes em relação à disciplina. Os estudos sobre a expectativa em torno do professor relacionada ao desempenho dos estudantes possui uma vasta literatura científica que não cabe aqui aprofundar. Contudo, é importante ressaltar que a perspectiva adotada no presente trabalho não é a de imputar apenas ao professor a centralidade do interesse do estudante, porém as expectativas sobre o mesmo é uma variável importante (RASCHE; KUDE, 1986).

Ao refletir sobre a atividade docente é importante estabelecer pontes analíticas entre o ambiente acadêmico e o ambiente escolar. Estas dimensões parecem ser ainda mais significativas nas Ciências Sociais em virtude dos pesos sociais e da construção de uma figura ideal da profissão mais ligada à academia do que ao ensino da educação básica. A oposição Bacharelado/Licenciatura que se encontra estruturada nas universidades brasileiras é espelhada em outras dicotomias, a nosso ver, extremamente prejudiciais para as Ciências Sociais no Brasil, tais como: pesquisa e ensino, universidade e escola. São pares que devem ser integrados e não opostos, tal como defende Amaury Moraes que aborda a necessidade de “superação do modelo atual de formação do professor de Sociologia, com integração efetiva entre bacharelado e licenciatura” (MORAES, 2003, p. 13).

Célia Caregnato e Victoria Cordeiro (2014) destacam três tópicos ou eixos de pensamento fundamentais para compreender as relações entre a produção do conhecimento acadêmico e a disciplina de Sociologia na escola. O primeiro tópico é *Desafios da atuação profissional para graduados em Ciências Sociais*. Esta atuação profissional é caracterizada como diversa: universidades, empresas privadas, magistério, consultoria em pesquisa, funcionalismo público e organizações não governamentais. Ainda neste tópico é destacado o processo de diferenciação entre o bacharelado e a licenciatura, ocorrendo uma preponderância do primeiro em relação ao segundo, gerando assim duas problemáticas: uma hierarquização, na medida que o profissional ideal considerado está na Academia e uma acentuada desvalorização do ensino como atividade profissional.

Destarte é um desafio à categoria de cientista social manter a qualidade de uma formação abrangente (conjugando o bacharelado e a licenciatura). Em relação a desvalorização da docência enquanto profissão, é necessária a figura do professor pesquisador em todos os âmbitos de ensino e

não apenas no ensino superior. A percepção de que existe uma relação dialética entre ensino e pesquisa ajudaria a desfazer o peso social que existe na pesquisa em detrimento do ensino.

O segundo tópico é *Relações entre Disciplina Científica e Disciplina Escolar*. Existe uma precária comunicação entre o campo científico e o campo pedagógico. Conforme abordam as autoras:

De fato parece haver aí uma evidência de que existe certo distanciamento entre o meio acadêmico e o meio escolar no que tange à produção de pesquisa e de ensino de Sociologia. Trabalhamos com a hipótese de que docentes locados em institutos universitários dedicados à pesquisa e ao ensino de Ciências Sociais não entenderam como produtiva a pesquisa sobre o ensino de sua ciência em outros ambientes que não o seu, o acadêmico (CAREGNATO; CORDEIRO, 2014, p. 48).

Em relação a este processo de desvalorização da educação como objeto de estudo para os cientistas sociais, acrescenta-se a fragmentação institucional das Faculdades de Educação, o que gerou um conhecimento educacional apartado das outras ciências, como já demonstrado por Cunha (1992). Além disso, importante ressaltar outra dimensão apontada por Anita Handfas:

Temos que considerar também fatores sociais e históricos que condicionaram o processo de escolarização no Brasil, em particular o papel do professor que ao longo de todo esse processo tem gozado de pouco prestígio social, fenômeno que se limita pela ideologia da apartação entre aqueles que pensam e aqueles que se limitam a estudar. (HANDFAS, 2011, p. 389).

O terceiro e último tópico é a *Disciplina de Sociologia na Ótica dos Atores da Escola*. É fundamental atentar para as representações sociais de professores e estudantes. É neste sentido que esta pesquisa se interessa pelo olhar discente acerca do ensino de Ciências Sociais na Educação Básica.

Nas *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*, as contribuições da Sociologia que vai além da formação do sujeito crítico, são os princípios da desnaturalização e do estranhamento (BRASIL, 2006). O que envolve, portanto, tradução e recortes entre a ciência Sociologia e a disciplina Sociologia. O professor aparece enquanto um mediador pedagógico, ou seja, aquele que faz a mediação entre o sujeito e o mundo. O ensino de Sociologia no ensino médio envolve um trabalho pedagógico – como informa Anita Handfas em entrevista – de

tradução do conhecimento científico das ciências sociais para o conhecimento escolar, faz chegar o conhecimento sociológico a milhões de estudantes do ensino médio. Penso que isso não é pouco e deveria ser seriamente considerado pela comunidade científica das ciências sociais (BODART, 2017a, p. 417).

Permanece ainda um desafio: a falta de um corpus consensualmente definido em relações

aos conteúdos abordados nas escolas. Esta problemática, entre outros fatores, decorre de duas questões, uma histórica e outra de caráter organizacional político, respectivamente: a intermitência da presença da Sociologia no ensino médio e a falta de constituição de uma comunidade de professores (BRASIL, 2006). Este último quadro vem mudando a partir da criação da já citada ABECS, em conjunto com suas expressões regionais em diversos estados brasileiros, além do Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB), periódicos específicos sobre Sociologia Escolar, entre outros.

Estas iniciativas que contribuem para a consolidação de conteúdos programáticos e materiais didáticos para a Sociologia Escolar se coadunam com a recomendação proposta por Amaury Moraes em 2003 sobre o “reconhecimento pela comunidade de cientistas sociais de uma área de pesquisa em Ensino de Sociologia, com espaço para debates e divulgação de pesquisas nos seus fóruns e para publicação em sua imprensa periódica” (MORAES, 2003, p. 13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da escola como um espaço social e o ensino de Sociologia na educação brasileira, mesmo em sua intermitência, nos remete a discutir as transformações que este ensino adquiriu ao longo das décadas. De valorização enquanto capital cultural na formação das elites a um instrumento de possibilidade de mudança social nas escolas públicas.

A reflexão científica sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica, o lugar das ciências sociais nos currículos escolares obrigatórios/optativos, o papel da chamada Sociologia Escolar na formação crítica dos sujeitos são temas que tem sido evidenciado cada vez mais em pesquisas nas universidades. Vivemos um período de disputas e restrições, mas também de importantes avanços no campo de pesquisa em torno do Ensino de Sociologia. As demandas políticas contemporâneas nos mais diversos países conclamam a necessidade de discutir sobre a pluralidade cultural humana e a compreensão das diferenças, a crise ambiental e as suas possíveis soluções, os diversos movimentos políticos (de raça, classe social, gênero, múltiplas sexualidades e tantos outros) e temáticas relevantes a depender de cada realidade social: desigualdades, racismo, machismo, fome, violência, democracia, globalização, novas formas de trabalho, capitalismo, religiões, etc. A Sociologia Escolar, no plano do ensino formal, é o espaço por excelência para a discussão de todos estes temas. É neste sentido que a importância é evidente, não só para os educadores diretamente

envolvidos na área, mas para repensar a educação no “chão da escola”.

Evidenciamos nesse estudo a centralidade da formação adequada dos professores em relação ao interesse dos alunos do ensino médio pautado à disciplina Sociologia. Além disso, a diferenciação de motivação e interesse pelo componente, quando consideradas as perspectivas de estudantes de escolas públicas e privadas. Enquanto os educandos das escolas públicas embora notem as contribuições trazidas pelo componente Sociologia para suas existências sociais, não postulam afirmativamente um projeto de entrada para a vida universitária, deixando assim de evidenciar uma relação virtuosa entre o componente Sociologia e o desempenho satisfatório no ENEM. Os provenientes de escolas particulares têm na queixa da pequena carga horária de Sociologia em seus percursos formativos, uma expressão de que essa escassa discussão e formação inadequada dos docentes podem cristalizar ameaças ao seu desempenho no Enem, visto que percebem que as aulas de Sociologia contribuem na compreensão dos fundamentos sociais da vida, mas também, na construção da redação, da interpretação de gráficos, charges e tabelas com conotação de assuntos socioculturais.

O papel fundamental de todo ensino formal é mediar a relação entre educadores/educandos, escola e sociedade. Deste modo, a aula se torna uma situação didática no qual os conhecimentos, desafios e as problemáticas são postas com a finalidade de instruir e formar, que incitam os estudantes a aprender.

Uma boa didática envolve, portanto, perceber no cotidiano escolar como lidar com a subjetividade dos estudantes, suas linguagens e percepções a respeito do conteúdo exposto. As transformações das práticas docentes só se efetivam na medida em que o professor amplia sua consciência sobre a própria prática, a sala de aula e a escola como um todo, o que pressupõe conhecimentos teóricos e críticos sobre a realidade social. No caso da Sociologia Escolar, é condição básica para uma boa mediação a formação docente em Ciências Sociais. O presente artigo aloca-se numa pequena parte deste processo educativo, buscando compreender olhares e percepções de estudantes acerca do conteúdo e da existência da Sociologia no seu cotidiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA. *Estudo de potencialidades econômicas: Território de identidade do Recôncavo*. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2016.

BRASIL, *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996.

_____, *Lei nº 11.684*, de 2 de junho de 2008.

_____, *Lei nº 13.415*, de 16 de fevereiro de 2017.

_____. Secretaria de Educação Básica. Ministério da Educação. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Brasília, 2006.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. *Censo da Educação Superior: Sinopse Estatística – 2012*. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em: agosto de 2019.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. *Censo Escolar 2017: notas estatísticas*. Brasília, 2018.

BODART, Cristiano. Constituição e Consolidação do Ensino de Sociologia enquanto Subcampo de Pesquisa: uma entrevista com Anita Handfas. In: *Revista Café com Sociologia*, vol. 6, n.2, mai./jun., p. 415-425, 2017a.

_____, Cristiano; CIGALES, Marcelo. Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): um Estado da Arte na Pós-Graduação. In: *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v. 48, n.2, p. 256-281, jul./dez., 2017b.

_____, Cristiano (org.). *O ensino de Humanidades nas escolas*. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2019.

CAREGNATO, Célia Elizabete; CORDEIRO, Victoria Carvalho. Campo Científico-Acadêmico e a Disciplina de Sociologia na Escola. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 39, n.1, p. 39-47, jan./mar., 2014.

CHARTIER, ANNE-MARIE. *Entre Pedagogia e Sociologia*. Revista de Sociologia, pp. 89-135, 1993.

CUNHA, Luiz Antonio. Reflexões sobre as condições sociais de produção da Sociologia da educação: primeiras aproximações. In: *Tempo Social*. São Paulo: USP, volume 1 (1), 1992.

DURÃES, Bruno. A Licenciatura em Ciências e o Ensino de Sociologia no Recôncavo da Bahia: formação e prática através de pesquisa, ensino e extensão. In: *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (CABECS)*, vol. 2, nº 1, p. 92-114, jan./jun., 2018. Disponível em: <<https://abecs.com.br/revista/index.php/cabecs/article/view/133/80>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

FREITAS, Maria Cristina Leal de; FRANÇA, Carlos Eduardo. História da Sociologia e de sua Inserção no Ensino Médio. *Movimentação*, Dourados, v. 3, nº. 5, p. 39-55, 2016.

HANDFAS, Anita. O Estado da Arte do Ensino de Sociologia na Educação Básica: um levantamento preliminar da produção acadêmica. In: *Revista Inter-Legere*. Natal, n.9, jul./dez., p. 386-400, 2011.

MAÇAIRA, Julia Polessa; FRAGA, Alexandre. *Saberes e Práticas do Ensino de Sociologia*. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

MORAES, Amaury César. Licenciatura em Ciências Sociais e Ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. *In: Tempo Social*, USP, vol.15, n.1, p. 5-20, 2003.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. *Verbete Reforma Capanema. Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/reforma-capanema>>. Acesso em 13 mar. 2018.

MEUCCI, Simone. Sobre a Rotinização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas. *In: Revista Mediações*. Londrina, v.12, n.1, p.31-66, jan./jun. 2007.

_____, Simone. Sociologia na educação básica no Brasil: balanço da experiência remota e recente. *In: Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo, vol. 51, n. 3, p. 251-260, set./dez., 2015.

OLIVEIRA, Amurabi. A Formação inicial de professores de Sociologia no Nordeste: alguns breves apontamentos. *In: Revista Eletrônica Pesquiseduca*. Santos, v. 06, n.12, p. 285-299, jul.-dez. 2014.

RAMOS, Alberto Guerreiro. O problema do negro na Sociologia brasileira. *Cadernos de Nosso Tempo*, Rio de Janeiro, p. 189-220, jan. 1954.

RASCHE, Vânia Maria Moreira; KUDE, Vera Maria Moreira. Pigmalião na sala de aula: quinze anos sobre as expectativas do professor. *Cadernos de Pesquisa*, n. 57, p. 61-70, 1986.

SANTOS, Mário Bispo dos. A Sociologia no contexto das Reformas do ensino médio. *In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de (Org.). Sociologia e ensino em debate*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

SILVA, Cinthia Lopes; SILVA, Rogério de Souza. A Institucionalização das Ciências Sociais no Brasil: percalços e conquistas. *In: Impulso*. Piracicaba, 22 (54), p. 97-106, mai./ago. 2012.

TOMAZI, N. D. *Sociologia para o Ensino Médio*. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2010.

Recebido em: 03/05/2018

Aceito em: 19/08/2019

COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO

GODINHO, Luis Flávio Reis; LIMA, Luciméia Santos; BERNANRDES, Marcus. O Ensino de Ciências Sociais no Recôncavo da Bahia (Cachoeira, São Félix E Muritiba) a partir do olhar de Estudantes da Educação Básica. *Revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*. CABECS, v.3, n. 1, p.45-70, 2019.